

CADERNO DE PROVA

CARGO: ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Instruções gerais:

1. Este caderno de prova contém 40 (quarenta) questões objetivas. É de sua inteira responsabilidade conferir se o caderno de provas recebido está completo e se corresponde ao seu cargo. Caso esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que seja tomada a providência necessária para sanar o problema;
2. **ATENÇÃO:** para cada questão objetiva são apresentadas as opções A, B, C, D e apenas uma delas corresponde à alternativa correta;
3. O tempo estipulado para a realização da prova é de até **03 (três) horas**, está incluído nesse tempo o preenchimento do cartão-resposta, entrega do material e identificação do candidato;
4. Na carteira somente poderá ficar o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, fica a critério do candidato a utilização de caneta de outra cor, porém, caso haja falha na leitura ótica do cartão-resposta, os pontos correspondentes às questões não lidas, não serão computados;
5. Ao receber o CARTÃO-RESPOSTA verifique se contêm a mesma quantidade de questões do Caderno de Prova, caso perceba algum problema com seu cartão-resposta, comunique imediatamente o fiscal de sala para que seja adotada a medida necessária;
6. No CARTÃO-RESPOSTA você *deverá assinalar somente a alternativa que julgar correta e sem rasuras.*
7. O preenchimento do cartão-resposta é de sua inteira responsabilidade, para o correto preenchimento siga às instruções contidas na parte superior do cartão, observe atentamente o número da questão antes de marcar, pois não haverá substituição do cartão- resposta que é personalizado e único.
8. Quando terminar a prova sinalize para o fiscal e aguarde ser chamado para entregar a prova, o cartão-resposta e assinar a lista de presença, caso não tenha assinado na entrada;
9. Somente depois de decorridos 1 (uma) hora do início da prova você poderá sair da sala sem levar consigo o caderno de provas;
10. Você poderá levar esse caderno de provas quando estiver faltando 30 (trinta) minutos para o encerramento da prova;
11. É proibido levantar ou comunicar com outros candidatos durante a prova;
12. É proibido anotar informações relacionadas às suas respostas da prova objetiva em qualquer outro lugar que não seja o caderno de provas;
13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos;
14. O gabarito da prova objetiva será divulgado no segundo dia útil subsequente a aplicação da prova e será fixado no placar da Prefeitura e nos sites www.itame.com.br e www.baliza.go.gov.br;

Informações importantes:

- ✓ Não serão aceitos recursos em desacordo com o item 15 e seguintes do edital regulamento;
 - ✓ Somente é permitida a reprodução da prova para fins didáticos, devendo ser citada a fonte.
- Boa sorte!**

1. Nos versos da letra da música de Gonzaguinha estão presentes as seguintes figuras de linguagem:

Chega de temer, chorar, sofrer, sorrir, se dar
E se perder e se achar e tudo aquilo que é viver
Eu quero mais é me abrir e que essa vida entre assim
Como se fosse o sol desvirginando a madrugada
Quero sentir a dor desta manhã

- (A) hipérbole, metonímia, eufemismo.
- (B) metáfora, personificação, ironia.
- (C) gradação, antítese, comparação.
- (D) hipérbato, perífrase, pleonasma.

2. Assinale a alternativa correta sobre os tipos de discursos.

- (A) No discurso indireto, o narrador incorpora na sua linguagem a fala das personagens.
- (B) Os chamados verbos de elocução são uma das marcas do discurso indireto livre.
- (C) A frase “Seu pai o interpelou, questionando se aquilo eram horas de chegar em casa”, é um exemplo de uso do discurso direto.
- (D) Sempre que a narrativa usar os verbos na terceira pessoa significa que ali haverá discurso indireto livre.

3. Identifique duas funções da linguagem presentes no trecho da letra dessa música.

[...]

Olha malandro

Na esquina do peito eu me rendo a teus pés

Um belo sujeito eu sei que tu és

Erraste comigo, mas deixa pra lá

Se eu gosto do teu jeito de se entregar

Não vejo outro jeito a não ser te aturar

Faça o que eu mando

Não faça o que eu faço

Você sempre diz,

É queda de braço, mas eu sou feliz

Com os outros eu fiz tudo o que eu quis fazer

Mas o meu desejo prefere você

Eu perco espaço

Mas ganho prazer.

Altay Veloso

- (A) função fática e denotativa.
- (B) função metalinguística e conativa.
- (C) função referencial e poética.
- (D) função expressiva e apelativa.

4. Os versos “Eu perco espaço/mas ganho prazer”, se constituem de

(A) um período composto misto, formado por uma oração coordenada seguida de uma subordinada concessiva.

(B) duas orações coordenadas: a primeira é assindética; a segunda, adversativa.

(C) um período composto por coordenação, formado apenas de orações assindéticas.

(D) duas orações subordinadas: a primeira é a principal; a segunda, adverbial concessiva reduzida de infinitivo.

5. Assinale a alternativa em que o verbo destacado está classificado corretamente quanto à regência.

I. Naquela noite, todos **ficaram** em casa – verbo intransitivo.

II. **Parecia** tranquilo o início daquela chuva torrencial, quando ouvimos os primeiros chuviscos. – verbo de ligação.

III. O professor **cometia** erros frequentes ao explicar o conteúdo. – verbo transitivo indireto.

(A) Estão corretas apenas I e II.

(B) Estão corretas apenas I e III.

(C) Estão corretas apenas II e III.

(D) Apenas a III está correta.

6. Assinale a alternativa em que a justificativa de uso da vírgula corresponde ao exemplo dado.

(A) Caro amigo, a vida não espera o melhor momento para nos surpreender. – Separa aposto explicativo.

(B) Estudantes de escola pública, até mesmo os infrequentes, esperam por aprovação automática. – Separa aposto explicativo.

(C) A certa hora da tarde, o silêncio era cortado apenas pelo som ensurdecedor das cigarras. – Separa uma expressão exemplificativa.

(D) De fato, há um momento na vida que é mais importante ter paz do que ter dinheiro. – Marca a elipse de um verbo.

7. Assinale a alternativa em que o termo destacado tem a função sintática de complemento nominal.

(A) Os cristãos acreditam **em Deus**.

(B) De um modo geral, não é fácil obedecer **a restrições**.

(C) Há cada vez mais pessoas intolerantes **à lactose**.

(D) Teoricamente os pecados são perdoados **por Deus**.

8. Julgue as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. Na frase “Jamais me esquecerei do nosso primeiro encontro”, ocorre próclise, porque termos de sentido negativo atraem o pronome para antes do verbo.

II. Na frase “Ele se retirou da sala antes que a reunião acabasse”, ocorre próclise ou mesóclise, tanto faz, em razão de o sujeito explícito estar antes do verbo.

III. Na frase “Desconfiada de assédio, recusou a proposta, fazendo-se de desentendida”, ocorre ênclise pois o verbo está no gerúndio e não há palavra atrativa.

- (A) Está correta apenas a I.
- (B) Está correta apenas a II.
- (C) Estão corretas I e II.
- (D) Estão corretas apenas I e III.

9. Assinale a alternativa em que não haja erro no emprego do acento grave (crase).

- (A) O professor não se referiu àquele estudante de maneira gentil; porém, à líder da sala falou com delicadeza e simpatia.
- (B) Era evidente a necessidade de resolver àquela situação de desrespeito para com alguns alunos e alunas.
- (C) Há lojas divulgando liquidação com descontos à partir de 50%.
- (D) Atualmente compramos quase tudo a quilo; até as lanchonetes aderiram à essa prática.

10. Analise as assertivas e marque a alternativa correta.

I. Ontem mais de um candidato participaram do debate na televisão – o verbo concorda com o sujeito.

II. Faz tempo que não viajamos juntos – na primeira oração, o verbo se mantém no singular, pois é impessoal.

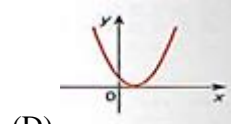
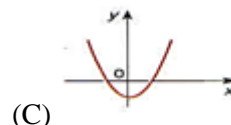
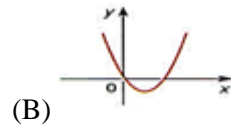
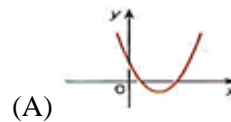
III. Viajou o pai e a filha – o verbo concorda com o termo mais próximo do sujeito.

- (A) Apenas a I está correta.
- (B) Apenas I e II estão corretas
- (C) Apenas II e III estão corretas.
- (D) Apenas I e III estão corretas.

11. Uma cidade tem 50.000 habitantes e 3 clubes esportivos *Alfa*, *Beta* e *Gama*. Destes habitantes: 15.000 torcem para o clube Alfa; 10.000 torcem para o clube Beta; 8.000 torcem para clube Gama; 6.000 torcem para o clube Alfa e Beta; 4.000 torcem para o clube Alfa e Gama; 3.000 torcem para o clube Beta e Gama e 1.000 torcem para os três clubes. Uma pessoa é selecionada ao acaso, a probabilidade de que ela torça somente para um clube é:

- (A) 10%
- (B) 15%
- (C) 20%
- (D) 25%

12. A melhor representação da função $y = ax^2 + bx + c$, para $a > 0$, $\Delta > 0$ e $c = 0$ é:



13. O polinômio que dividido por $(m - 1)$ tem por quociente $(m^2 + m + 1)$ e o resto 2, é:

- (A) $m^3 + m^2 + 1$
- (B) $m^3 - 1$
- (C) $m^3 - m^2 + 1$
- (D) $m^3 + 1$

14. É comum encontrarmos produtos com conteúdo líquido menor que o declarado nas embalagens. Em um determinado supermercado, requeijão são vendidos em copos de vidro em cujos rótulos consta a informação relativa ao “peso” de 200g. Dois fabricantes “*CrenBom*” e “*ConDelícia*”, fornecem requeijão com conteúdo real médio de 190g e 195g, respectivamente. O supermercado comprou um total de n copos (somados as duas marcas) de requeijão, e verificou-se que o conteúdo médio líquido do lote era 193,5g. O número de copos comprados pelo supermercado de cada fabricante, sabendo que um deles vendeu 40 copos a mais que outro, é de:

- (A) 30 *CrenBom* e 70 *ConDelícia*
- (B) 20 *CrenBom* e 60 *ConDelícia*
- (C) 40 *CrenBom* e 80 *ConDelícia*
- (D) 50 *CrenBom* e 90 *ConDelícia*

15. Os lados de um triângulo medem, respectivamente, 4, 7 e 9 cm. O perímetro do triângulo semelhante ao dado cujo lado maior é de 27cm, mede:

- (A) 58 cm
- (B) 60 cm
- (C) 63 cm
- (D) 78 cm

16. Sabendo-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos

relativos ao gasto público de cada ente federativo (estados e municípios) brasileiro, marque a alternativa correta:

(A) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada somente por DECRETO.

(B) Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não possuem limites definidos em lei.

(C) Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

(D) Jamais poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

17. A Instrução Normativa nº. 08/2021 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás estabelece normas e diretrizes para que os Poderes Executivo e Legislativo municipais possam instituir, aprimorar, regulamentar e coordenar o Sistema de Controle Interno. De acordo com a referida IN, é correto afirmar que:

(A) Órgão Central de Controle Interno (OCCI) ou Controle Interno (CI): constitui uma Unidade Administrativa, com independência funcional, diretamente vinculada ao chefe de cada Poder, sem subordinação a qualquer outro órgão, legalmente criada como responsável pela direção, coordenação e acompanhamento dos trabalhos relativos ao Sistema de Controle Interno; deve possuir quadro próprio de servidores concursados, tendo caráter orientador e preventivo, e atender a todos os níveis hierárquicos da Administração.

(B) Controles Específicos (CE) são segmentos organizacionais, constituídos por servidores, patrimônio e competências próprias, com ou sem autonomia financeira.

(C) Sistema de Controle Interno (SCI) é um segmento organizacional, constituído por servidores, patrimônio e competências próprias, com ou sem autonomia financeira.

(D) Unidade Administrativa (UA) são atividades e procedimentos estabelecidos para os processos de trabalho da organização, presentes em todos os níveis e

funções, executados por todo o corpo funcional, com a finalidade de diminuir os riscos e alcançar os objetivos da entidade.

18. Nos termos da Instrução Normativa nº. 08/2021 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, qual das seguintes alternativas não constitui atribuição do Órgão Central de Controle Interno (OCCI)?

(A) avaliar o cumprimento e a execução das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

(B) exercer o controle das operações de crédito, garantias, direitos e haveres do Município.

(C) avaliar a execução do orçamento do Município, inclusive a observação da ordem cronológica dos pagamentos.

(D) apoiar o chefe do Poder Executivo em todos os seus atos, já que o Prefeito e a Prefeitura Municipais não estão sujeitos ao controle interno.

19. Nos termos da Lei nº. 14.133/2021 que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar:

(A) Abrange todas as entidades e órgãos do Poder Público, inclusive as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias de forma ilimitada.

(B) Abrange os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

(C) As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades locais, dispensada a obediência aos princípios da Lei de Licitações e Contratos em vigor no Brasil.

(D) Nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, jamais serão admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República.

20. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos (14.133/2021), caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida Lei.

Nesse linear, marque a alternativa que não indica um dos requisitos estabelecidos pela Lei 14.133/2021:

(A) aos agentes públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei 14.133/2021 não é exigido que tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público.

(B) os agentes públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei 14.133/2021 poderão ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração ou tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, em qualquer grau.

(C) os agentes públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei 14.133/2021 devem ser escolhidos pelos administradores para o exercício de cargo em comissão, já que vedada a contratação de servidores efetivos para o exercício de funções de confiança.

(D) os agentes públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei 14.133/2021 devem ser, preferencialmente, servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública.

21. Nos termos da Lei de Licitações e Contratos (14.133/2021), são modalidades de licitação: I - pregão; II - concorrência; III - concurso; IV - leilão; V - diálogo competitivo. Sobre sessa modalidades de licitação, marque a alternativa correta:

(A) É permitida a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação de mais de uma modalidade relacionada no enunciado acima.

(B) O pregão pode ser aplicado às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, sendo que, em relação aos últimos (serviços de engenharia) não há qualquer exceção.

(C) A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei 14.133/2021, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

(D) adota-se a modalidade de concorrência sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

22. Sobre a Lei nº. 8.429/92 que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de

improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, marque a alternativa correta:

(A) consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas culposas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 da referida Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

(B) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

(C) considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade Administrativa, bastando a voluntariedade do agente.

(D) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não haja comprovação de ato doloso com fim ilícito.

23. Sobre os atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº. 8.429/92, marque a alternativa correta:

(A) constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade pública, na administração direta e indireta no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

(B) constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário somente a ação culposa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres da administração direta e indireta no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

(C) constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

(D) constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

24. Marque a alternativa que está em desacordo com a previsão da Lei nº. 8.429/92 sobre os atos de improbidade administrativa:

(A) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública somente a ação culposa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.

(B) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública somente a omissão dolosa que negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.

(C) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

(D) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições.

25. De acordo com a Lei nº. 18.025/2013 (A Lei de Acesso à Informação), marque a alternativa correta:

(A) qualquer pessoa natural ou jurídica poderá, por qualquer meio legítimo, apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e às entidades da administração da administração direta do Poder Executivo, aos demais Poderes, aos Tribunais de Contas, ao Ministério Público do Estado de Goiás e à Defensoria Pública do Estado de Goiás, bem como às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Goiás.

(B) todos os pedidos de acesso a informações, qualquer que seja a forma de requisição, serão registrados conforme regulamento editado por ato do Chefe do Poder Executivo, podendo ser requeridos de forma genérica.

(C) as informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, detidas pelos órgãos e pelas entidades da administração estadual abrangidos pela

Lei de Acesso à Informação não terão acesso restrito e poderão ser divulgados por terceiros independente de autorização ou previsão legal.

(D) os órgãos e as entidades da administração estadual referidos na Lei de Acesso à Informação somente promoverão a divulgação de informações públicas de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas, no âmbito de suas competências em caso de requerimento.

26. Sobre os institutos da permissão, concessão, autorização e licença, marque a alternativa correta:

(A) a licença é ato administrativo discricionário e precário.

(B) a autorização é ato administrativo vinculado e definitivo.

(C) a concessão é o contrato entre a Administração Pública e uma empresa particular, pelo qual o governo transfere ao segundo a execução de um serviço público, para que este o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário, em regime de monopólio ou não;

(D) a autorização é o ato administrativo bilateral por meio do qual o Poder Público delega ao particular a exploração de serviço público, a título definitivo.

27. Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), marque a alternativa que não indica uma das modalidades de licitação em vigor:

(A) diálogo competitivo.

(B) tomada de preços.

(C) pregão.

(D) concurso.

28. Sobre a administração direta e indireta, é correto afirmar:

(A) a administração direta corresponde à prestação de serviço por pessoa jurídica criada pelo poder público para exercer tal atividade.

(B) denomina-se centralizada a atividade delegada (por contrato), ou outorgada (por lei), para as entidades da Administração Indireta.

(C) a Administração Direta corresponde à prestação dos serviços públicos diretamente pelo próprio Estado e seus órgãos.

(D) quando o Estado cria autarquias, fundações, sociedades de economia mista ou empresas públicas e lhes repassa serviços públicos, haverá Administração direta.

29. O controle da Administração Pública é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder/dever de fiscalização e revisão

da atividade administrativa para garantir a conformação com o ordenamento jurídico e com a boa administração. Levando-se em consideração referido controle pode ser classificado quanto ao fundamento, quanto a origem, quanto ao órgão que o exerce, quanto ao momento e quanto ao aspecto controlado, marque a alternativa correta:

(A) o controle interno, classificado conforme a origem, pode ocorrer com fundamento na hierarquia ou pode ser finalístico, ou seja, ele pode ocorrer entre órgãos dentro uma hierarquia ou pode ocorrer pela administração direta para com a administração indireta.

(B) chama-se controle interno quando um Poder exerce a revisão dos atos administrativos de outro Poder. O controle interno ocorre, por exemplo, quando o Congresso Nacional promove a sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar.

(C) controle prévio ou preventivo é exercido durante a realização do ato, ou seja, durante a formação ou execução do ato.

(D) o controle concomitante, também chamado controle corretivo, ocorre após a finalização do ato.

30. O controle das leis orçamentárias visa a eficiência, eficácia e a efetividade da gestão dos recursos públicos, visando a não permitir que os gestores excedam os gastos em relação às receitas previstas no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA).

Assim, considerando o enunciado acima, marque a alternativa correta sobre o controle orçamentário:

(A) De acordo com a Constituição Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno exercido pelo Congresso Nacional.

(B) o Poder Executivo, a cada quatro anos, prestará contas ao Poder Legislativo, conforme estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.

(C) o controle de mérito propriamente dito é um controle administrativo, externo, que compete exclusivamente a outro Poder que fiscaliza a atuação da administração pública, em relação ao poder que editou o ato administrativo.

(D) o que caracteriza o sistema de controle interno é o princípio da hierarquia, onde as autoridades superiores tem o dever de exercer controle sobre os atos das demais, aceitando ou revendo os atos por eles

praticado, quando foram referentes a matéria de execução orçamentária.

31. Marque a alternativa que está em desacordo com o disposto na Lei 101/2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal:

(A) constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

(B) o montante previsto para as receitas de operações de crédito deverá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

(C) o Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

(D) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.

32. Dentre os direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Carta Magna, as liberdades de reunião e de manifestação como meio de utilizar da liberdade de expressão ocupam um lugar bastante importante. Nesse sentido, a respeito dessas reuniões e manifestações, pode-se afirmar:

(A) apenas os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos podem reunir-se, pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização da Administração Pública e desde que não frustrem outras reuniões.

(B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais públicos ou privados, independentemente de autorização ou aviso prévio.

(C) apenas os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos podem reunir-se, pacificamente, em locais abertos ou privados, independentemente de autorização ou aviso prévio.

(D) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

33. Marque a alternativa incorreta.

De acordo com a Lei Orgânica Municipal de Baliza, o Poder Executivo é exercido pelo Prefeito. Nesse sentido, compete privativamente ao Prefeito:

- (A) dirigir os trabalhos do plenário e disciplinar os serviços administrativos da Câmara.
- (B) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição Estadual e na Lei Orgânica Municipal.
- (C) vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- (D) prestar contas da aplicação dos auxílios federais ou estaduais entregues ao Município, na forma da lei.

34. Considerando o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Baliza, que institui o Regime Jurídico Único e Plano de Carreira dos Servidores Municipais, e dá outras providências, assinale a alternativa correta acerca das seguintes atribuições:

- (A) A Assessoria Jurídica é o órgão de assistência do Prefeito para as funções políticas, atendimento de munícipe e de ligação com os demais poderes e autoridades, assim como de relações públicas, incluindo as de representação e divulgação, bem como pela supervisão das atividades atinentes à administração municipal exercidas por todos os setores.
- (B) A Secretaria Geral de Administração é o órgão encarregado da execução político-financeira e fiscal do Município, bem como das atividades relativas a lançamento de tributos e arrecadação de rendas municipais; fiscalização dos contribuintes; elaboração, controle e execução do orçamento.
- (C) A Secretaria de Transportes é o órgão responsável pela execução, em conjunto com a Secretaria de Obras, de atividades relativas ao setor viário do Município; reforma e consertos de máquinas e equipamentos pertencente à frota municipal.
- (D) A Secretaria de Serviços Sociais é o órgão responsável pelas atividades de assistência médico-odontológica à população local, mediante a administração dos serviços hospitalares de pronto-socorro, dos ambulatórios periféricos, serviços odontológicos, de zoonoses e enfermagem, através de ações integradas de saúde com os órgãos de saúde estadual e federal.

35. Anistia, graça e indulto são modalidades de indulgência soberana emanada de órgãos estranhos ao Poder Judiciário, que dispensam, em determinadas hipóteses, a total ou parcial incidência da lei penal. Dito isso, o inciso XLIII do artigo 5º da Constituição Federal traz que a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática:

- (A) da tortura, do terrorismo, da tentativa de homicídio e os definidos como crimes hediondos.
- (B) da tortura, do terrorismo, do estupro e os definidos como contravenções penais.
- (C) da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.
- (D) do crime de tráfico internacional de arma de fogo, da tortura, da injúria e da corrupção ativa e passiva.

36. Em um navegador de internet, o que é uma URL (Uniform Resource Locator)?

- (A) Um tipo de arquivo de texto.
- (B) Uma extensão do arquivo usado em planilhas.
- (C) Um atalho para abrir programas instalados.
- (D) Um endereço utilizado para identificar recursos na web, como sites.

37. No Microsoft Excel 2007 ou superior, qual fórmula pode ser utilizada para retornar o valor mínimo em um conjunto valores e não ignora valores lógicos e texto?

- (A) =MÉDIA
- (B) =MÍNIMO
- (C) =MENOR
- (D) =MÍNIMO

38. Considere as seguintes afirmações:

- I.** A população total do município supera 5 mil habitantes.
- II.** O cálculo da densidade demográfica é inferior a 2 habitantes por quilômetro quadrado.
- III.** A área da unidade territorial situa-se entre 1.000 km² e 2.000 km².
- IV.** O município está localizado na mesorregião do Noroeste Goiano.

Com base nos dados do Censo de 2022, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acerca dos aspectos territoriais e demográficos do município de Baliza (GO), é correto afirmar que:

- (A) Apenas a I e a III estão corretas.
- (B) Apenas a I e a II estão corretas.
- (C) Apenas a II, III e IV estão corretas.
- (D) Nenhuma está correta.

39. “Em 2021, o **PIB** per capita era de R\$ 22.746,12. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 189 de 246 entre os municípios do estado e na 2865 de 5570 entre todos os municípios.” “Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98,6%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 62 de 246. Em relação ao **IDEB**, no ano de 2021, o IDEB para os anos

iniciais do ensino fundamental na rede pública era 6 e para os anos finais, de 4,8.”

(Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/baliza/panorama>)

Os trechos apresentados anteriormente foram extraídos de pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre os aspectos econômicos e educacionais do município de Baliza (GO). Neles, são mencionadas duas siglas importantes para a compreensão do panorama socioeconômico: PIB e IDEB, que correspondem, respectivamente, a:

(A) Percentual Interno Brasileiro e Índice de Desenvolvimento Educacional Brasileiro

(B) Produto Interno Bruto e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

(C) Produto Interno Brasileiro e Índice de Desenvoltura Educacional Brasileiro

(D) Produto Interino Bruto e Índice de Desenvoltura da Educação Brasileira

40. Com a instauração do golpe de 1937, baseado no discurso de proteção à nação brasileira contra a ameaça comunista, Getúlio Vargas estabeleceu uma ditadura que perduraria pelos próximos 8 anos. Sobre esse período da história brasileira, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma realização de Vargas durante o Estado Novo:

(A) Construção e transferência da capital para Brasília.

(B) Ampliação das leis e direitos trabalhistas com a criação da CLT.

(C) Criação do Plano SALTE, que visava o aprimoramento nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia.

(D) Com o slogan "50 anos em 5", abriu o mercado brasileiro para indústrias estrangeiras, especialmente as automobilísticas.